



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH/SR/PF/MS

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo Administrativo n.º 08335.009243/2018-71

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste documento a prestação de serviços continuados de Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande e Delegacias Descentralizadas em Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Corumbá/MS, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Orientação Normativa SEGES/MPDG nº 2, de 24 de junho de 2016, que passarão a reger a contratação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Estagiário Nível Superior – 30 ou 20 horas	30

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A execução do serviço em tela atenderá às necessidades da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

2.1.1. O Programa de Estágio na Administração Pública Federal deve possibilitar aos estudantes a complementação de ensino e aprendizagem, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

2.1.2. Conforme previsto na Orientação Normativa nº 2/2016 SEGES/MPDG, os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC – poderão celebrar convênio de concessão de estágio com as instituições de ensino, ou, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio.

2.1.3. A atual estrutura da Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna da Polícia Federal inviabiliza a realização de convênios diretos com instituições de ensino em todo o País. Dessa forma, torna-se fundamental a contratação de Agente de Integração que assuma a responsabilidade de prestar todo o suporte operacional para a execução do Programa de Estágio, de modo a realizar convênios com as instituições de ensino, verificar e garantir o cumprimento pelo estudante de todos os requisitos previstos na legislação sobre o assunto e contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor dos estudantes.

2.1.4. Para fazer cumprir o Programa, é primordial prestação de serviços de Agente de Integração, com atuação em âmbito nacional, mediante a celebração de contrato com instituição que reúna infraestrutura, condições técnicas e operacionais para possibilitar a realização de estágio curricular nos setores, Delegacias Especializadas e Descentralizadas da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul – SR/PF/MS. Observa-se que o objeto não será dividido por localidade, pois, como as empresas que trabalham na área possuem abrangência nacional, entende-se que a contratação única será economicamente mais viável para a administração.

2.1.5. O Agente de Integração deverá oferecer oportunidades de estágio para os estudantes de cursos de nível superior cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.1.6. O monitoramento do referido Programa é da competência do Setor de Recursos Humanos, sob a figura do Fiscal de contratos, cabendo a responsabilidade pela supervisão e operacionalização das atividades do Programa de Estágio no âmbito da PF no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

2.2.1. Possibilitar experiência prática na linha de formação, por meio da realização de estágio curricular, observadas as competências institucionais da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, para estudantes regularmente matriculados e com frequência em instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul.

2.2.2. Os supervisores de estágio deverão possibilitar a criação de métodos e aquisição de conteúdos capazes de promover o desenvolvimento integral do estudante. Deste modo, o estágio será planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com a área de formação e deverá propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.3.1. Proporcionar a complementação educacional de discentes, mediante experiência nas práticas voltadas à formação profissional;

2.3.2. Propiciar cenários apropriados à aplicação dos conhecimentos teóricos, com a participação na execução das tarefas que compõem os programas de trabalho da SR/PF/MS e Delegacias onde for realizado o estágio; e,

2.3.3. Favorecer a obtenção de conhecimento técnico sobre o contexto organizacional e questões sociais, favorecendo uma compreensão maior e melhor do papel da cidadania.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005, e nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. o Agente de Integração deverá ser veículo para intercâmbio entre a Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul e as Instituições de Ensino, objetivando a oferta de oportunidades de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino superior.

4.1.2. o contrato a ser firmado com o Agente de Integração visa atender a estudantes de estágio não obrigatório, conforme definição constante no art. 2º, §2º, da Lei nº 11.788/2008.

4.2. O serviço compreende a execução das seguintes tarefas básicas:

4.3. A execução do programa de estágio ficará a cargo do Fiscal do Contrato, lotado no Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/PF/MS, que atuará num processo dinâmico e integrado, observando as seguintes condições:

4.3.1. a concessão de bolsa de estágio deverá obedecer aos critérios previamente estabelecidos na legislação pertinente, especialmente no que diz respeito ao campo de formação profissional do estagiário;

4.3.2. a prorrogação de estágio, substituição e novas contratações de estudantes como estagiários deverão obedecer à previsão e disponibilidade de dotação orçamentária para essa finalidade;

4.3.3. o estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza com o Agente de Integração ou com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul;

4.3.4. os estagiários receberão auxílio-transporte, sendo vedada a concessão de auxílio-alimentação e assistência à saúde, bem como outros benefícios diretos e indiretos aos estagiários;

4.3.5. os estagiários deverão desenvolver suas atividades nos setores da SR/PF/MS e Delegacias Descentralizadas que ofereçam um ambiente adequado, bem como condições que favoreçam a aquisição de experiências práticas na linha de formação do estudante;

4.3.6. as atividades de estágio serão realizadas na área de abrangência da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e nas Delegacias Descentralizadas de Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Corumbá;

4.3.7. a seleção dos estudantes será realizada pelos Setores e Delegacias da SR/PF/MS, após autorizada a

contratação do estagiário e conforme perfil previamente definido para a abertura de oportunidade de estágio junto ao agente de integração, com a interveniência prévia obrigatória da SR/DPF/MS;

4.3.8. o Agente de Integração deverá providenciar, atendendo solicitação do Fiscal do Contrato, a pré-seleção e recrutamento de estudantes a serem encaminhados para entrevista, conforme perfil definido para a oportunidade de estágio, observada a prioridade para realização de estágio dos estudantes de nível superior contemplados pelo ProUni e FIES;

4.3.9. observado o interesse da Administração, a duração do estágio será de no máximo 4 (quatro) semestres letivos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, que poderá estagiar até o término do curso na instituição de ensino a que pertença;

4.3.10. o estagiário deverá cumprir a carga horária semanal de 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, conforme prevista no Termo de Contrato, distribuídas nos horários de funcionamento do órgão ou entidade e compatível com o horário escolar;

4.4. O desligamento do estagiário ocorrerá em qualquer das situações abaixo:

4.4.1. automaticamente ao término do período máximo de estágio;

4.4.2. a qualquer tempo no interesse e conveniência da CONTRATANTE;

4.4.3. depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho;

4.4.4. a pedido do estagiário;

4.4.5. em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;

4.4.6. pelo não comparecimento à unidade onde estiver realizando o estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período do estágio;

4.4.7. pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença;

4.4.8. por conduta incompatível com a exigida pela Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

a) em consonância ao previsto na Orientação Normativa nº 2/2016 SEGES/MPDG, o quantitativo de estagiários não poderá ser superior a 20% (vinte por cento), para as categorias de nível superior, do somatório da lotação aprovada, acrescido do quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança.

b) a distribuição foi resultado de estudo conjunto que envolveu a DGP/DPF e a DLOG/DPF e visou a adequação das vagas de estágio ao efetivo de cada unidade, respeitado o limite orçamentário/financeiro disponível para a despesa. Ressalte-se que o orçamento disponível para os anos de 2017 e 2018 para essa despesa possibilita a contratação de pouco mais de ¼ (um quarto) do total de vagas a que a Polícia Federal teria direito com a aplicação dos percentuais legais máximos de contratação de estagiários.

c) apesar do quantitativo existente, o máximo de contratação que deverá existir será de 30 (trinta) estagiários para o Estado de Mato Grosso do Sul, devido limitações orçamentárias.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

6.2. Os serviços a serem contratados são de natureza continuada e enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 (bens e serviços comuns).

6.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, e tem consonância com o planejamento estratégico desta SR/PF/MS, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

6.4. O contrato inicial terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

c) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- d) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- e) seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- f) haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- g) seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O agente de integração perceberá pelos serviços prestados, mensalmente, valor fixo pré-determinado, por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

7.1.1. O valor mensal a ser pago à CONTRATADA corresponderá ao número efetivo de estudantes em estágio na Superintendência Regional de Polícia Federal/MS, multiplicado pelo valor da Taxa de Administração oferecida na licitação. O quantitativo de estagiários do mês de referência será verificado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

7.1.2. Se houver diferença entre o valor apurado pelo CONTRATANTE e o valor faturado pela CONTRATADA, o valor da diferença poderá ser compensado no pagamento do mês subsequente.

7.2. Deverão estar inclusas nesse valor todas as despesas relativas ao seguro de acidentes pessoais dos estagiários, além de todas aquelas relacionadas à plena execução das atividades relacionadas ao programa de estágio.

7.3. Conforme previsto na Orientação Normativa nº 2/2016 SEGES/MPDG, os valores da bolsa de estágio são os seguintes:

7.3.1. Jornada 30 horas semanais:

Nível Superior = R\$ 520,00 - (quinhentos e vinte reais);

7.3.2. Jornada 20 horas semanais:

Nível Superior = R\$ 364,00 – (trezentos e sessenta e quatro reais);

7.4. As alterações dos valores da bolsa de estágio, promovidas por meio de normativo próprio a ser editado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, serão incorporadas ao contrato por intermédio de termo aditivo.

7.5. O estagiário receberá auxílio-transporte em pecúnia, no valor de R\$ 6,00 (seis reais) por dia, proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados, sendo o pagamento efetuado no mês anterior ao de sua utilização.

Nível estagiário	Quantidade de Estagiários	Valor Mensal da Bolsa Estágio	Valor Mensal Bolsa Estágio
Superior	30	R\$ 520,00	R\$ 15.600,00

Nível estagiário	Quantidade de Estagiários	Auxilio Transporte (22 dias uteis)	Valor Mensal - Auxilio Transporte
Superior	30	R\$ 132,00	R\$ 3.960,00

Nível estagiário	Quantidade Estagiários	Média do Valor Unitário Taxa Administração	Média Total Mensal Taxa Administração	Média do valor anual Taxa Administração
Superior	30	R\$ 37,60	R\$ 1.128,00	R\$ 13.536,00

7.6. O valor máximo mensal da contratação é de R\$ 1.128,00 (um mil, cento e vinte e oito reais), e o valor máximo anual é de R\$ 13.536,00 (treze mil, quinhentos e trinta e seis reais).

7.7. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

8. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Programa de Estágio;

9.4. Promover a divulgação do contrato com o Agente de Integração junto às suas unidades;

9.5. Promover articulação permanente com o Agente de Integração, com a finalidade de oferecer oportunidades de estágio;

9.6. Solicitar ao Agente de Integração a indicação de estudantes que preencham o perfil e requisitos exigidos pelas oportunidades de estágio;

9.7. Avaliar o tipo de deficiência e sua compatibilidade com as atividades a serem realizadas no estágio, quando do encaminhamento de estudantes portadores de deficiência;

9.8. Estabelecer mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação do Programa de Estágio;

9.9. Proporcionar instalações e condições ambientais adequadas para a alocação do estagiário;

9.10. Manter banco de dados atualizados dos estagiários;

9.11. Encaminhar os estagiários às unidades solicitantes, verificando a compatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas com a área de formação do estudante;

9.12. Lavar o Termo de Compromisso de estágio a ser assinado pelas partes e o Termo Aditivo;

9.13. Emitir o crachá de identificação do estagiário, para acesso às dependências da SR/PF/MS e Delegacias Descentralizadas;

9.14. Acompanhar a frequência mensal dos estagiários;

9.15. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

9.16. Elaborar, bimestralmente, relatório de atividades, com vista obrigatória do estagiário, para encaminhamento à instituição de ensino;

9.17. Assegurar ao estagiário recesso remunerado, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, nos termos da Lei n.º 11.788/2008;

9.18. Conceder auxílio transporte ao estagiário;

9.19. Conceder a bolsa de estágio e efetuar o pagamento, inclusive do auxílio-transporte, por intermédio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, em módulo específico;

9.20. Reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação previamente informados pelos estagiários;

9.21. Receber as comunicações de desligamento e comunicar o fato ao(s) Agente(s) de Integração, nas hipóteses previstas nos itens 4.4.2, 4.4.3, 4.4.4., 4.4.5, 4.4.6. e 4.4.8;

9.22. Entregar, por ocasião do desligamento do estagiário, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

9.23. Expedir o Certificado aos estudantes que tenham concluído o estágio com aproveitamento satisfatório;

9.24. Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

9.25. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.26. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.27. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Promover a divulgação do contrato no Estado;
- 10.3. Estabelecer mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação do Programa de Estágio;
- 10.4. Informar à Contratante sobre exigências específicas dos Conselhos Fiscalizadores de Profissão quanto à supervisão de estágio;
- 10.5. Encaminhar os candidatos, em número mínimo de 3 (três) por vaga, para preenchimento das oportunidades do estágio, conforme perfil definido pela Contratante, observado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da solicitação da Contratante;
- 10.6. Observar a prioridade de encaminhamento de estudantes de nível superior contemplados pelo Programa Universidade para Todos - ProUni e Programa de Financiamento Estudantil – FIES;
- 10.7. Observar ainda o Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal;
- 10.8. Encaminhar estudantes portadores de deficiência, no percentual de 10% das vagas oferecidas, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, que deverão ser distribuídos em sua totalidade no Edifício Sede da SR/PF/MS em Campo Grande;
- 10.9. Efetivar a contratação do estagiário no prazo de 10 (dez) dias a partir da informação da Contratante acerca da escolha do candidato, salvo se a mesma expressamente solicitar a contratação em período inferior;
- 10.10. Informar aos estagiários sobre os documentos e providências necessários para efetivação do Termo de Compromisso de Estágio, sobre as regras a serem observadas durante o estágio e sobre a finalidade e funcionamento do Seguro Contra Acidentes Pessoais;
- 10.11. Informar a Contratante imediatamente sobre qualquer alteração na situação acadêmica do estudante que tenha impacto na realização do estágio, inclusive sobre o previsto no item 4.4.7; quando informada pelo próprio estudante ou pela Instituição de Ensino;
- 10.12. Providenciar a contratação de Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor dos estagiários e informar o número da apólice e o nome da companhia seguradora no contrato de prestação de serviços;
- 10.13. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, os desligamentos em virtude do término do período máximo de estágio, conforme previsto no item 4.4.1;
- 10.14. Encaminhar até o 5º dia útil do mês seguinte a Fatura/Nota Fiscal com o valor a ser pago pela Contratante, acompanhada de relatório nominal dos estagiários;
- 10.15. Realizar, no mínimo, 1 (uma) reunião semestral de acompanhamento de estágio, com profissional devidamente capacitado para esse fim, com o objetivo de colher informações sobre as atividades realizadas pelos estudantes, bem como orientá-los quanto a possíveis dúvidas existentes e sobre a conduta a ser adotada durante a prática do estágio;
- 10.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.17. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- 11.1. Caberá ao Estagiário:
 - 11.1.1. assinar o Termo de Compromisso de Estágio, pelo qual se obrigará a cumprir as condições de estágio;
 - 11.1.2. comunicar imediatamente ao Agente de Integração sobre qualquer alteração em sua situação acadêmica;
 - 11.1.3. acatar a legislação e as normas disciplinares de trabalho da Polícia Federal, além de preservar

sigilo referente às informações a que tiver acesso;

11.1.4. participar das reuniões promovidas pela SR/PF/MS ou pelo Agente de Integração;

11.1.5. executar as atividades que lhe forem atribuídas, que estejam relacionadas ao seu aprimoramento profissional, conforme definido no Termo de Compromisso de Estágio;

11.1.6. assinar diariamente o registro de frequência e encaminhá-lo, no último dia útil de cada mês, ao Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/MS, após a assinatura do supervisor de estágio, para fins de pagamento da bolsa de estágio;

11.1.7. apresentar exame médico que comprove a aptidão para a realização do estágio.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, particularmente no Anexo “A”.

14.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. Durante a execução do contrato será designado servidor do Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/PF/MS – para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pelo Agente de Integração.

14.8. A avaliação dar-se-á por meio de relatórios e/ou reuniões com os estagiários e supervisores de estágio.

14.9. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) atestar, mensalmente, para fim de repasse de pagamento dos auxílios dos estagiários, bem como das despesas operacionais para manutenção do Contrato, de acordo com as frequências enviadas pelos chefes dos setores/Delegacias;

c) fazer as comunicações com o Agente de Integração.

14.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade

com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

15.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

15.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

15.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

15.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa de:

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da

garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após	03

	reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO

NOME:

CARGO:

MATRÍCULA DPF:

DATA DO SERVIÇO:

Atribuir notas 1 (ruim), 2 (bom) ou 3 (excelente) para o serviço prestado

Pronto atendimento às solicitações do	1	2	3
---------------------------------------	---	---	---

supervisor na contratação do estagiário (anexar comprovante, em caso de ocorrência).			
Observações:			
Suspensão do serviço sem justificativa plausível.	1	2	3
Observações:			
Não prestou informações solicitadas sobre a contratação do estagiário, no prazo estipulado (anexar comprovante, em caso de ocorrência).	1	2	3
Observações:			
Observância dos padrões de segurança, qualidade e sustentabilidade exigidos contratualmente.	1	2	3
Observações:			

Assinatura do servidor

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO, Agente Administrativo**, em 11/09/2018, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8166038** e o código CRC **FB3209E0**.

Referência: Processo nº 08335.009243/2018-71

SEI nº 8166038